

## SABER, PODER E O ENTRE-LUGAR DA CULTURA NOS ESCRITOS DO BARÃO DO GUAJARÁ

*Camila do Socorro da Cunha Monteiro<sup>1</sup>  
Welton Diego Carmim Lavareda<sup>2</sup>*

### RESUMO

Trata-se de um estudo que analisa o quanto as relações de poder e de saber durante a Cabanagem foram espalhadas e, ao mesmo tempo, como o movimento cabano possibilitou uma fratura expressiva no epicentro administrativo da Província do Grão-Pará. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2008; 2010a; 2010b; 2010c) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre o governo da língua na Amazônia cabana (Lavareda, 2021; 2022). Assim, na busca de sistematizar a pesquisa, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a produção dos arquivos a obra *Motins Políticos* (Raiol, 1970) e alguns monumentos registrados no Arquivo Público do Pará. Almeja-se, com este artigo, evidenciar outros intercâmbios culturais constituidores da composição híbrida das representações “nacionais”, atravessados por conflitos e negociações históricas entre povos diferentes e redes de sensibilidades linguísticas distintas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saber. Poder. Motins Políticos. Estudos discursivos foucaultianos.

### KNOWLEDGE, POWER AND THE BETWEEN PLACE OF CULTURE IN THE WRITINGS OF BARÃO DO GUAJARÁ

### ABSTRACT

This is a study that analyzes how much the relations of power and knowledge during the Cabanagem were spread and, at the same time, how the Cabano movement made possible a significant fracture in the administrative epicenter of the Province of Grão-Pará. To this end, we consider Michel Foucault's theoretical-methodological framework within the framework of discursive studies (2008; 2010a; 2010b; 2010c) and the conceptual operationalization that has been developed on the government of language in the Amazon region (Lavareda, 2021; 2022). Thus, in the search to systematize the research, the technical procedures of the study have a documentary approach, using as an instrument for the production of archives the work *Motins Políticos* (Raiol, 1970) and some monuments registered in the Public Archive of Pará. It is hoped, with This article highlights other cultural exchanges that constitute the hybrid composition of “national” representations, crossed by historical conflicts and negotiations between different peoples and networks of different linguistic sensibilities.

**KEYWORDS:** To know. Power. Political Riots. Foucauldian discursive studies.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Letras – Língua Portuguesa na Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista PIBIC no projeto de pesquisa “Governo da língua: da Cabanagem à modernidade recente” (ProDoutor), sob orientação do Prof. Dr. Welton Lavareda (ILC-UFPA). E-mail: [camimonteiro06@gmail.com](mailto:camimonteiro06@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto I do Instituto de Letras e Comunicação (ILC-UFPA). Coordenador do Laboratório de Estudos Discursivos Avançados do Pará (LEDAP - CNPq/UFPA). Email: [weltonlavareda@ufpa.br](mailto:weltonlavareda@ufpa.br)

## 1. INTRODUÇÃO

A obra *Motins Políticos* (Raiol, 1970) é de suma importância para a construção do “fazer pesquisa” presente neste artigo, de modo que a pertinência do tema se dá a partir de como podemos e devemos ressignificar o olhar com que os cabanos são, comumente, rotulados na obra de Raiol. Afinal, a maioria das representações impostas ao povo cabano pelos registros literários, por exemplo, sempre foram lidas pela dinâmica colonial impregnada de um certo preconceito, de uma desqualificação sem igual. Nesse aspecto, as formas de linguagem não são somente práticas representacionais, são, acima de tudo, um emaranhado de regras pelas quais se modificam a ordem das coisas no tempo e no espaço.

[...] Esse funcionamento não é transparente para o sujeito, ou seja, na maioria dos casos não percebemos como somos afetados pela ideologia e pelo inconsciente: simplesmente falamos como se estivéssemos na origem do dizer e como se dominássemos completamente os sentidos do que pretendemos dizer. São essas algumas questões conceituais que, uma vez colocadas no âmbito do terreno da Análise do Discurso, se encontram subjacentes à definição de discurso como efeitos de sentidos, efeitos de sentidos que colocam em xeque, justamente, a ilusão de uma comunicação transparente entre interlocutores (Mariani; Magalhães, 2013, p. 103).

Língua e Literatura, então, sempre fizeram parte de uma ideologia de Estado carregada de estratégias múltiplas de controle da população. Dimensões nomeadamente definidoras da questão “[...] da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial/colonial moderno, dentro dessa lógica interna (por exemplo, os conflitos imperiais) bem como em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com outras culturas; a diferença colonial)” (Mignolo, 2020, p. 297).

Falamos aqui de uma categoria que nomeia um determinado padrão de dominação global constituinte do lado obscuro da modernidade. Assim, a colonialidade do poder instituiu um profundo eixo de organização social de dominação cultural que controlou a produção e a reprodução de subjetividades sob o escudo do eurocentrismo e da racionalidade moderna, baseado na classificação hierárquica da população e, no caso da Cabanagem, também das línguas. Deste modo, ao expandirmos o arcabouço conceitual da decolonialidade em diálogo com as práticas discursivas cotidianas do movimento cabano e ratificadoras da seguridade linguística da língua portuguesa, o que impõe um gesto de leitura histórico-discursivo, percebe-se o eurocentrismo funcionar, por um lado, como um lócus epistêmico de onde se forçará um modelo normativo de conhecimento linguístico e, por outro, designar seus variados dispositivos de saber como únicos e válidos.

Em outras palavras, esta colonialidade do saber convergente para o gerenciamento linguístico, sendo mais específico, “[...] estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder” (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 07). Ponto chave para a partir dos estudos discursivos, portanto, fazemos aqui um novo investimento de pesquisa para trazer das sombras alguns saberes sujeitados, realocando-os em outras memórias e, em um mesmo gesto, elaborar uma outra versão sobre a história das línguas na Pan-Amazônia.

E, para este texto, em diálogo com os modos de fazer pesquisa do Laboratório de Estudos Discursivos Avançados do Pará (LEDAP-CNPq/UFPA), este cenário panoramicamente desenhado serve de inspiração para que possamos analisar o quanto as relações de poder e de saber durante a Cabanagem foram espraiadas e, ao mesmo tempo, como o movimento cabano possibilitou uma fratura expressiva nos interstícios administrativo e identitário da Província do Grão-Pará. Até porque, de acordo com Homi Bhabha (2010, p. 22), apontar o espaço intersticial como um ambiente produtivo é “[...] revelar todo um contexto socioideológico que fundamenta esse confronto de representações, cujo espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade”.

Com efeito, torna-se imprescindível, mesmo que de maneira panorâmica, ampliar as peculiaridades contextuais da obra em destaque, a saber: a coleção, de três volumes, reúne os principais acontecimentos políticos da Província do Pará de 1821 até 1835, fazendo uma análise profunda com informações e estudos da Cabanagem. É importante destacar também a figura de Domingos Antonio Raiol, ou ‘Barão de Guajará’, nascido em Vigia – Pará; foi deputado em sua terra natal e na Assembleia Geral, no Rio de Janeiro; recebeu o título de Barão em 3 de março de 1833, pouco antes de sua nomeação como presidente da Província de São Paulo.

**Figura 1:** Domingos Antonio Raiol



Fonte: Raiol, 1970.

É igualmente imprescindível discutir a relevância do Barão de Guajará no cenário cabano e a sucessão de estereótipos pejorativos que estão presentes durante a leitura da obra. Domingos Antonio Raiol foi uma figura bastante presente durante o período da Cabanagem, pelo fato de ter sido jurista, político e historiador. E por ter presenciado a morte de seu pai, que era vereador na localidade de Vigia de Nazaré, Pedro Raiol, pelos cabanos. Assim, Barão de Guajará registrava todos os movimentos dentro dos municípios de Colares, Vigia e Penhalonga e diante do fato, Raiol, começou a reforçar um determinado estereótipo contra os sujeitos cabanos.

As peculiaridades para a catalogação dos dados aqui presentes, vale ressaltar, dialogam com os procedimentos técnicos de cunho documental, pois buscaremos de forma sistemática transparecer as noções contemporâneas de determinadas abordagens conceituais sobre o tema já anunciado. O trabalho ainda se apoia no estudo explicativo, porque este aprofunda o conhecimento de um dado fato, explicando a razão e o porquê das ocorrências. Para Gil (2008, p. 42) este tipo de perfil de pesquisa tem “[...] como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Uma vez que ele aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

E como forma de estruturar a dinâmica de escrita deste texto, a pesquisa está dividida em três momentos para além desta **Introdução**, a saber: **Diálogo Teórico-Metodológico**, no qual iremos expor as teorias em que este artigo se ancora, assim como as categorias de análise; a **Análise dos dados**; E, por fim, as **Considerações Finais**.

## 2. DIÁLOGO TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 2.1. Michel Foucault: todo saber é poder!

Michel Foucault pontua em seus estudos os conceitos de *arqueologia* e *genealogia*, como uma forma de apresentar a constituição de saberes do homem na modernidade e como cada pesquisador pode prosseguir para chegar à discussão e à formação dos objetos a serem investigados. Assim, a *arqueologia* é apresentada como um método de análise profunda, como uma maneira de o pesquisador proceder um dado fazer analítico. Em outras palavras, para Foucault (2010d), a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividades locais, designando o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência.

O que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou

suas formas objetivas enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (Foucault, 2016b, p. XIX).

E a *genealogia* sendo uma perspectiva de leitura mais crítica dos acontecimentos, constituição dos saberes, dos discursos e do domínio dos objetos, isto é, a genealogia é a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades.

É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios, dos objetos etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (Foucault, 2016a, p. 43).

Com efeito, existe a fusão das duas linhas propostas pelo filósofo francês na qual é denominada *arqueogenealogia*, sendo a ideia geral, as atitudes analíticas, críticas, discursivas, teóricas e metodológicas. Dito de outro modo...

[...] a arqueogenealogia é, conseqüentemente, referencial teórico, atitude analítica e método ao mesmo tempo. E os saberes dominados são blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento de erudição (Neves - Corrêa, 2018. p. 39).

Logo, é importante estabelecer uma relação de saber e de poder durante o período da Cabanagem, em analogia aos textos de Foucault, uma vez que para o pensador francês o saber é poder, é fruto de relações de luta, tornando-se instrumento de guerra e um meio de dominação. Dessa maneira, o saber é igualmente usado para praticar maldades, humilhar e dominar. Analogamente, estas formas de saber e poder foram usadas pelos portugueses para dominar a província do Grão - Pará, manter a colonização brasileira eo autoritarismo dos governantes. Logo, é notório perceber a dimensão desse poder e como está espreado nos *Motins Políticos* e nas discussões de Foucault, e como é utilizado de forma autoritária para conseguir dominar os povos cabanos e a província. Entretanto, diante do poder imposto pelos portugueses, é imprescindível mencionar também o saber cabano, ou seja, o quanto esses indivíduos resistiram e lutaram por suas autonomias, melhores condições de vida e de trabalho, pelo fim da escravidão e pela independência da região enquanto forma de resistência. Portanto, “[...] onde há poder, há sempre resistência, sendo um coextensivo do outro: desde de que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (Foucault, 1976, p. 337).

Posto desta forma, estabelecendo relação com o período da Cabanagem, é necessário ratificarmos a resistência do povo cabano no que tange à dominação colonial/imperial, para desmistificarmos o estereótipo pejorativo comumente associado a eles.

Os acontecimentos expostos, vale o desataque, estabelecem relação com o governo da língua, com o biopoder e com os modos de agir linguisticamente. Já que o governo da língua, com base em Lavareda (2021), representa uma tecnologia de poder bastante potente para concretizar, de fato, a colonização e o pleno domínio do território à época do Grão-Pará. Assim, Foucault busca compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida, surgindo, a partir disso, um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). A biopolítica (considerada uma nova forma de governo), implica, não só na gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros. Além disso, as línguas no contexto colonial fundamentam, em um só gesto do dispositivo colonial, a segregação social, o fortalecimento do preconceito linguístico (a lusofonia foi usada como dispositivo) e uma imposição política mais acentuada da língua portuguesa.

Essas movências históricas, inclusive, ajudam a constituir a matriz de poder na qual a experiência colonial se enraíza e a partir da qual ela é discursivizada. Tal experiência produz efeitos em quatro esferas interligadas (Mignolo, 2005), a saber: “[...] (i) econômica, pela apropriação de terra e exploração da mão-de-obra; (ii) política, pela imposição da autoridade, violência e hierarquização dos povos (e das línguas); (iii) social, pelo controle do gênero e da sexualidade; (iv) epistêmico e subjetivo, pela apropriação, produção e imposição de conhecimentos e novas formas de ser” (Severo, 2016, p. 14).

## **2.2. As interfaces da colonização linguística**

O processo de colonização linguística incentivou e impulsionou uma série de atos performativos, práticas discursivas e enunciados preconceituosos. A colonização linguística do Brasil, nada mais é, para Bethania Mariani (2004, p. 74), “[...] do que o processo histórico vigente do século XVI ao XVIII, ao qual aglutinou a realeza e a igreja portuguesa em um projeto político linguístico em larga medida comum e simultaneamente nacional e internacional”.

Para Mariani (2004), o projeto anteriormente citado, apresenta influências e provoca modificações na constituição dos sistemas linguísticos, além disso, a língua sofre um “desencontro” consigo mesma, a partir do momento em que houve esses contatos. Acontecimentos os quais

impulsionaram enunciados preconceituosos no que concerne à formação de boa parte do nosso idioma.

Se, de um lado, há um encontro de língua de colonização com outras (europeias, indígenas ou africanas), de outro, há um lento ‘desencontro’ dessa língua consigo mesma. Assim, a colonização linguística pode ser apreendida de um modo bem específico: um (des) encontro linguístico no qual os sentidos construídos são determinados em situações enunciativas singulares, situações históricas e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacional (Mariani, 2004, p. 75).

Durante o reinado D. Dom José I, sob o comando de Marquês de Pombal, instituiu-se, por exemplo, um ato político-administrativo denominado “*Diretório dos Índios*”, para oficializar e impor, paulatinamente, a língua portuguesa, para ser falada, ensinada e escrita de acordo com os moldes da gramática vigentes na corte. Esse *Diretório* objetivava silenciar a língua geral e seus falantes<sup>3</sup>.

Diante dos acontecimentos já assinalados, as línguas indígenas e gerais foram cada vez mais sendo ‘apagadas’, silenciadas. E elas são imprescindíveis para a construção e formação da história do Brasil. Uma vez que a Metrópole portuguesa e a Igreja Católica utilizavam o conceito de colonização linguística para traçar o objetivo de possuir apenas uma língua e uma configuração de nação.

Com base nos estudos de Mariani, então, é possível estabelecermos uma relação com a temática proposta. Dessa forma, infere-se como a colonialidade do poder, o eurocentrismo e os legados do colonialismo europeu impulsionaram várias práticas de silenciamento linguístico no território brasileiro, com a utilização de uma tecnologia do poder (gerenciamento linguístico) para se concretizar a colonização linguística e a glotofagia (processo que enfraquece ou até mesmo leva à extinção das línguas nas comunidades com menos poder) no território amazônico, como podemos verificar no tópico posterior.

### 3. ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo das unidades anteriores registramos que um significativo valor à cultura letrada desempenhou papel preponderante para a concretização do governo da língua portuguesa no Grão-Pará cabano. Elemento que preencheu estrategicamente uma matriz de poder na qual a experiência

---

<sup>3</sup> Ver In: LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o nheengatu. In: *Revista Interseções* – estudos sobre práticas discursivas e textuais (*Online*), Edição 25, ano 11, 2018. pp. 66-85.

colonial produziu efeitos epistêmicos, sobretudo, em diálogo com Walter Mignolo (2003), pela prescrição de conhecimentos, formas de agir e modos de transmissão do saber. E daqui, mais adiante do que dos julgamentos linguísticos, “[...] será de onde se começará a difundir-se entre as classes populares a desvalorização e o menosprezo de sua cultura, que depois passará a significar unicamente o atraso e o vulgar” (Martín-Barbero, 2009, p. 139).

O “Barão do Guajará”, embora tenha enfatizado em vários momentos de sua narrativa sobre o movimento cabano, a obra *Motins políticos...* (1970) - ambos já bastante citados em momentos antecedentes - , uma atitude que valorizava a educação formal proposta pelo dispositivo colonial e, conseqüentemente, a suposta “inferioridade” dos saberes pertencentes aos “não letrados”, deixa transparecer, em diversos fragmentos da história, o uso de saberes que contrariam, fraturam, subvertem, a perspectiva hegemônica instalada a partir de supostos modelos herdados da Metrópole e suas atualizações nos governos locais.

Dessa forma, o uso de saberes diversificados por parte dos cabanos, comumente rotulados nos escritos de Raiol (1970) como sujeitos “analfabetos e sem conceito” (p. 805; p. 929), “baldos de educação” (p. 805), “maltrapilhos” (p. 831), “rebeldes” (p. 844; p. 894; p. 899; p. 901-2), “homens de ínfima classe, sem educação nem moralidade, dados na sua maioria à embriaguez e privados de discernimento” (p. 898), “homens de cor” (p. 935), “aqueles que nutrem-se da ignorância popular” (p. 973), entre outras caracterizações pejorativas, também aparecem na narrativa, paradoxalmente, em condições bastante vantajosas.

Filigranas discursivas ratificadoras de que as relações de poder e de saber durante a Cabanagem foram espriadas e que, acima de tudo, na divisão do trabalho, de pessoas capazes de fazer isto, de outras capazes de fazer aquilo, quando se teve medo de que movimentos populares de resistência viessem transtornar toda ordem imposta pelas novas dinâmicas do social e do capital nascentes na Província, foi importante uma vigilância mais precisa e concreta dos indivíduos.

[...] Portanto, não seria a “burguesia capitalista” do século XIX que teria inventado e imposto as relações de dominação; ela as teria herdado dos mecanismos disciplinares dos séculos XVII e XVIII, e só teria necessitado utilizá-las, mudar-lhes a direção, intensificando alguns e atenuando outras [...] Não seria o trabalho, portanto, que teria introduzido as disciplinas, mas, muito pelo contrário, as disciplinas e normas teriam tornado possível o trabalho tal como ele se organizou na economia capitalista (Foucault, 2010d, p. 237).

Poder e resistência, guerra e dominação, criação e apropriação, deste modo, sempre conviveram e se afrontaram no território amazônico. Na década de 1820, por exemplo, quando viveu

no Pará Ignacio Accioli, ele refere-se várias vezes à “língua Tupinambá” como matriz onomástica dos nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução nos primeiros séculos da história paraense. Aldrin de Figueiredo (2019) traz pontuações precisas sobre este acontecimento, colocando em evidência esta rica passagem da história do povo amazônida.

[...] A partir desse quadro, geógrafos como Eidorfe Moreira chegaram a afirmar que não foi, afinal, o “padrão cultural do colonizador, mas do nativo, que prevaleceu nessa fase inicial da conquista”. Estava em jogo a demografia indígena e sua experiência quando o nativo “impôs à cidade a presença do meio”, o que demonstra que ele não foi apenas o braço, mas também animador e parte integrante da paisagem urbana.

Essa reiterada presença e ação indígenas, hoje muito investigada pela historiografia, ainda causava surpresa na década de 1950, quando os historiadores devotavam mais afinco à compreensão da rapidez e facilidade com que os europeus se estabeleceram e se fortificaram no vale do Amazonas, embora já pudessem notar que isso só fora possível graças à decisiva, efetiva e conflituosa participação do índio. Eidorfe sugere que o primeiro forte construído pelos portugueses na Amazônia foi, por mais de um século, tão somente uma paliçada, uma espécie de “castrametação improvisada, com a participação ativa dos tupinambás”. A seguir, complementa: “A não ser a artilharia, nada mais indicava aí uma fortificação em largo estilo”. De outro modo, podemos inferir que parte importante da arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção do acampamento e fortificação da cidade de Belém nos primeiros anos da ocupação portuguesa foi, em grande medida, tupinambá (Figueiredo, 2019, p. 05).

Essa *interculturalidade*, aqui também constituidora do papel do governo da língua na Cabanagem, portanto, não pode ser visibilizada somente como um conceito para se referir ao contato *com* e ao conflito *entre* o Ocidente e outras civilizações (como alguns com frequência a interpretam). É necessário que o gesto de leitura à *interculturalidade*, proporcionado por este fazer pesquisa, seja igualmente encarado como “[...] uma ruptura epistêmica que tem como base o passado e o presente, vividos como realidades de dominação, exploração e marginalização, que são simultaneamente constitutivas, como consequência do que Mignolo chamou de modernidade/colonialidade” (Walsh, 2019, p. 09).

Na relação de fortificação da cidade de Belém, tomando como exemplo o saber Tupinambá, chamamos a atenção para uma configuração conceitual que, ao mesmo tempo em que constrói uma resposta social, política, linguística, ética e epistêmica para a realidade da época, corporifica um lugar de enunciação indígena e um “lugar político” que envolve tanto o sujeito da enunciação quanto uma outra lógica, que não é a colonial, de olhar, sentir e perceber o mundo amazônico. Ainda em diálogo com esta possibilidade de transgredir o que comumente nos é apresentado como hegemônico no ensino básico no que se refere à história da Amazônia brasileira...

[...] Spix e Martius, em *Viagem pelo Brasil*, lembravam que entre 1790 e 1803 o governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, havia criado um corpo militar de caçadores ligeiros constituído por indígenas. Depois de sua saída este corpo foi dissolvido e transformado em grande parte da infantaria regular do Pará. **Embora estes soldados indígenas tivessem estatura inferior e não tivessem o “aspecto marcial” das forças militares europeias, eles superavam os europeus em mobilidade e resistência**, sobrevivendo nas matas oito dias com um saco de farinha de mandioca e andando errantes dia e noite nas densas matas virgens e impenetráveis brenhas pantanosas [grifo nosso] (Ricci, 2016, p. 216).

E é por meio dessas condições de enunciabilidade que trazemos para a rede de memória decorrente da Cabanagem, tal como aparecem em cada prática discursiva, os saberes cabanos sobre os rios e florestas da Amazônia como grandes estratégias de resistência em tempos de guerrilha, a fim de reconstituirmos as utilidades e os usos dos saberes locais. Saberes estes materializados em alguns monumentos oficiais registrados no Arquivo Público do Pará (**Quadro 01**) e na obra de Domingos Antônio Raiol (**Quadro 02**).

**Quadro 01** – os saberes cabanos e os monumentos oficiais

DESCRIÇÃO E CÓDICE	DOC
1. Ofício de Manoel José da Costa Guimarães, Capitão Comandante Militar Interino, a Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Pará, informando que <i>algumas praças do seu comando, quando conduziam Canoas de Comércio, encontraram rebeldes na divisão entre este comando e Macapá, e que os rebeldes foram perseguidos no Rio Vicirinha, Distrito de Macapá, mas não foram encontrados (Quartel do Comando Interino do Primeiro Distrito de Melgaço, ora em Breves -19/09/1838). Código. 876</i>	76
2. Ofício de Manoel José da Costa Guimarães, Capitão Comandante Militar Interino, a Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Pará, informando que <i>os rebeldes se encontram dispersos em pequenos bandos e que conseguem fugir em pequenas canoas remadas por homens e mulheres, pelos estreitos furos, onde as diligências não podem alcançar (Quartel do Comando Interino do Primeiro Distrito de Melgaço, ora em Breves. -06/11/1838 - 01/12/1832) Código. 876</i>	91
3. Ofício de Nicolau da Gama Lobo, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, <i>tratando sobre a compra de tábuas de cedro para reformar as Igaritês (embarcação cargueira tipicamente indígena) e casa. (Monte Alegre - 08/10/1834) Código. 888</i>	101
4. Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Antônio Firmo Coelho Capitão, <b>informando que a Igarité está a sua disposição.</b> (Baixo Amazonas - 21/10/1837) <b>Código. 888</b>	152

Fonte: Catálogo seletivo da Cabanagem – Tomo I / LAVAREDA, 2021.

**Quadro 02** – Os saberes cabanos e a narrativa do Barão do Guajará

**MOTINS POLÍTICOS OU HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS  
POLÍTICOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ DESDE O ANO DE 1821 ATÉ 1835 (1970)**

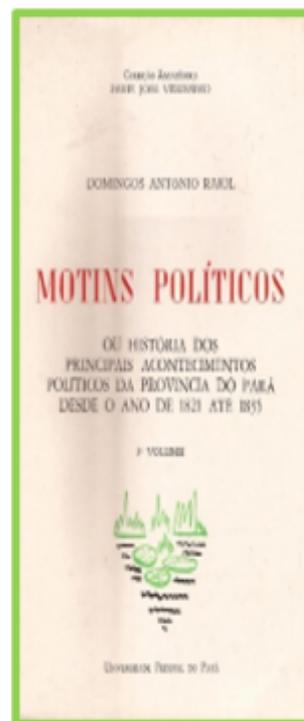
1. “[...] E depois de nomeados vários oficiais subalternos, dispuseram-se a marchar contra a capital. Não tinham soldados, nem rações, nem fardamentos. Faziam correrias pelos sítios e apossavam-se de tudo quanto lhes podia servir de provisão de boca. Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custa. *Para regularizar este variado uniforme, tingiram depois umas e outras na casca de muruxi fervida em água, dando a todas a cor avermelhada deste arbusto.* Raros eram os que usavam calçados e chapéus. Camponeses em sua quase totalidade, estavam habituados à simplicidade, aos rigores da vida rústica. O sol, as chuvas, as intempéries do tempo não lhes faziam nossa. *Frutos agrestes, um pouco d’água com farinha serviam-lhes de refeição muitas vezes.* Desconhecendo os cômodos e gozos da civilização, eram fáceis de contentar; resignavam-se a tudo.

Resolvido o ataque à cidade, *decidiram que fossem divididos em três colunas: a primeira e a maior, comanda por Antônio Vinagre, tomaria o Arsenal de Guerra e todos os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, comandada por Eduardo Angelim, tomaria o Palácio do Governo onde residia o presidente da Província; a terceira que era menor, comandada por Geraldo Gavião, tomaria o Arsenal de Marinha e as fortalezas do bairro da cidade. [...] cada coluna seria seguida de um grupo de gente desarmada, que serviria de reserva nem só para auxiliar os combatentes conforme exigissem as necessidades da ocasião, como para suprir os claros que os mortos e feridos deixassem nas fileiras, tomando em ato contínuo as suas armas e munições”.* (p. 832)

2. “[...] Ata da sessão extraordinária da câmara municipal da Vigia, em 08 de março de 1836. [...] 4ª testemunha. ~ Baltasar dos Reis Pereira diz, por ver e presenciar, que *os rebeldes entraram na capital arrombando portas, furando paredes para estabelecerem comunicações por dentro das casas”.* (p. 899)

3. “[...] *Batidos os rebeldes em um ponto com perdas mais ou menos consideráveis, eles fugiam, internavam-se pelos matos, e pouco depois apareciam fortificados noutros pontos repetindo os mesmos atentados. Conhecendo os sertões e os sítios, sabiam caminhar tão bem de dia como de noite. Era-lhes fácil viajar por terra ou pelos rios, e podiam com vantagem aproveitar em qualquer tempo estradas, os caminhos e desvios que melhor convivessem aos seus planos”.* (p. 899)

4. “[...] *A casa era coberta de ramas de palmeiras que também serviam de tapagem aos compartimentos. Os bancos de assento eram pedaços de madeiros brancos, e os leitos macas grosseiras de cipós e jiraus sotopostos a fibra tiradas da entrecasca de certas árvores. Na cozinha via-se apenas um grosso toro de pau seco que, queimado somente num dos extremos, fumegava brandamente e guardava o fogo sem extingui-lo. A escassa comida que a sorte lhes deparava era assada sobre brasas e servida sem sal em folhas de bananeira agreste”* (p. 979)



Fonte: Catálogo seletivo da Cabanagem – Tomo I / LAVAREDA, 2021.

Nota-se, então, uma ‘dinâmica de interculturalidade’ constante no que diz respeito a exercícios de poder e de saber entre as subjetividades “propriamente” cabanas e as subjetividades “mais

vinculadas” aos saberes europeus. Logo, as ideias de movimento de guerrilha organizado, de pluralidade linguística e étnica na região, de cultura de combate aparelhada na resistência popular, nos conhecimentos indígenas (ou africanos) de sobrevivência nas adversidades etc, poderiam realocar muitas páginas da história oficial do Brasil e, sobretudo, enfraquecer os discursos de moderno  $\times$  atrasado, nobre  $\times$  vulgar, letrado  $\times$  não letrado, herói  $\times$  bandido, dominante  $\times$  dominado, tão atualizados quando o assunto em pauta é a Cabanagem, principalmente, na produção intelectual do início do século XIX.

Um dos mais célebres personagens do cenário cabano, *Jacob Patacho* (Jacob Pedro Borges), - um combatente desertor das tropas “legais” que, no início da década de 1830, se uniu a outro soldado desertor chamado Saraiva e formou um grupo considerado “marginal” composto por indígenas e caboclos - ilustra, de maneira bem precisa, como a Cabanagem, enquanto narrativa, exemplifica a própria história política do Grão-Pará nas décadas de 1820 e 1830 atravessada pelos binarismos indicados no parágrafo precedente.

[...] Dito de outra maneira, a história de personagens como Patacho permite compreender uma questão mais ampla que é como os chamados “tempos amotinados” ou do “vulcão da anarquia” aparecem na produção intelectual do século XIX. Aqui, porém, nosso interesse versa mais sobre a construção da imagem do indivíduo e do sujeito como emblema da ação histórica que, pese o constante diálogo com os quadros mais amplos da política e da sociedade, pode trazer luz ao debate sobre a composição de personagens históricos sob o ângulo da literatura e da própria narrativa historiográfica.

Ao ser primeiramente lembrado como marginal, Patacho oscila entre o herói de uma lenda e um sujeito que foi posto na “exclusão” e na “margem” do centro dominante da história. Jean-Claude Schmitt ensina que marginais são, via de regra, homens e mulheres que, ao longo da história, tem aparência e atitude consideradas fora de padrões chamados “normais” (Figueiredo, 2016, p. 02).

A interculturalidade (Walsh, 2019) explorada nos exemplos acima, portanto, compõe não apenas as subjetividades cabanas, mas também àquelas mais perpetuadas pelo dispositivo colonial, instaurando, em igual medida, uma fratura expressiva no epicentro administrativo da Província e, ao mesmo tempo, no desenho histórico da constituição da sociedade brasileira fundamentado em um perfil miscigenado, plurilíngue, agrário, escravocrata, preconceituoso, sexista, racista e de desigual distribuição de renda.

É a própria interculturalidade, no entanto, que em outras emergências historicamente situadas na biografia da América Latina, aqui tomando como “rito de passagem” o exercício geopolítico da submissão socioeconômica para França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos, em certa medida, cria condições favoráveis para nossas constituições, a construção de regimes republicanos e a

participação dos cidadãos em partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Essas influências liberais foram reelaboradas ao serem confrontadas com nossa composição multiétnica e com a evolução peculiar de nossos regimes democráticos

Os intercâmbios culturais, desse modo, em especial na Cabanagem enquanto materialização de um entre-lugar, tornam mais evidentes a constituição híbrida das representações “nacionais” que tentam nos configurar, sobretudo, como brasileiros, hoje, atravessados por conflitos e negociações históricas entre povos diferentes e redes de sensibilidades linguísticas distintas. Logo, a “[...] história dos homens é atravessada por muitos acontecimentos, e as situações dos povos estão sujeitas a mudanças que retiram das línguas uma parte de sua estabilidade, às vezes até mesmo toda ela. A descontinuidade que daí resulta para a transmissão acarreta modificações da própria língua” (Meillet, 2020, p. 180)

O governo da língua em função de ser também um elemento essencialmente da interface, portanto, faz com que outras possibilidades de análise sejam convocadas, sempre com a função de indicarem novas assimilações, distintos olhares literários e injunções no que diz respeito às tensões discursivas constituidoras do gerenciamento das línguas no período do movimento cabano.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos discursivos movimentados no percurso analítico deste texto são fundamentais para que possamos entender como as relações de saber e poder foram espreiadas durante a Cabanagem e, também, como a instauração do patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira favoreceu uma série de conflitos os quais atravessaram esse período e como a resistência dos povos cabanos era abordada, principalmente do ponto de vista colonial materializado em alguns registros literários.

Dessa maneira, o fazer pesquisa operacionalizado no artigo possibilita uma ressignificação do olhar acerca dos povos cabanos e uma ampliação do entendimento do que foi o movimento ocorrido na Província do Grão-Pará a partir de uma análise panorâmica dos escritos do Barão do Guajará. Logo, o fazer analítico aqui elaborado evidencia interpretações do movimento cabano impregnado de um conjunto de dispositivos de controle, além de muitos termos nos escritos do Barão do Guajará, ratificadores de vários preconceitos.

Assim, a dimensão arqueogenealógica impulsionada por Foucault foi essencial para analisar e compreender as formas de governo e de controle estabelecidas na época do Grão-Pará cabano, além

de como as formas de poder foram impostas, como foram utilizadas pelos invasores, sobretudo, como chegaram até à modernidade recente.

É preciso ressaltar, como igualmente digno de importância, a discussão acerca da colonização linguística com a invasão dos colonos portugueses, pois tal prática impulsionou e impulsiona cada vez mais o apagamento da diversidade linguística em nosso território e como essas variedades passam a ser inferiorizadas e menosprezadas, uma vez que a intenção sempre foi a imposição e internalização da língua portuguesa como “única” e “válida”, sendo utilizada até como uma forma para catequização. Afinal, a intenção sempre foi o português tornar-se a língua oficial e do mito de um monolingüismo (Oliveira, 2009). A prática de colonização, portanto, foi marcada por conversões à religião, imposição, violências, subversões e relações de poder. A partir disso, nossas análises permitem visualizarmos por uma outra perspectiva os povos e os saberes cabanos. Daí ratificarmos que em tempos de guerrilha, os conhecimentos que eles detinham ajudaram em sua sobrevivência, como os saberes sobre os rios e florestas, por exemplo. Esses saberes funcionavam como grandes estratégias de resistência, como está materializado em alguns documentos oficiais já evidenciados ao longo dos tópicos anteriores.

Além de que, no pensamento do Barão do Guajará e de seus aliados, a concretização de medidas mais efetivas para a educação, por parte das autoridades do Império brasileiro, funcionaria como uma forma de vigilância e obediência dos rebeldes pois, se caso eles permanecessem analfabetos, sem o domínio efetivo da língua portuguesa, representariam uma ameaça constante ao Estado, como confirmam Magda Ricci e Luciano Lima (2015, p.859).

Desse modo, torna-se importante, então, estudar e revisitar esses movimentos históricos e essas brechas discursivas para possibilitar outros lugares de interpretação, outros gestos de leitura literária “[...] sobre a revolução paraense como um fato (com sua história) e um mito (que foi sendo reelaborado ao longo do tempo e no espaço)” (Ricci, 2001, p. 271).

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão. **Revista Campos**, Curitiba, 7(1), p. 117-134, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Mairi dos Tupinambá e Belém dos portugueses: encontro e confronto de memórias. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM,

Maria Adelina (Orgs.). **O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos**. 1. ed. Belém: UFPA; Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019. v. 1. 397p

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Medo, honra e marginalidade: imagens de Jacob Patacho na história e literatura do século XIX. In: **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan./jun. 2016. pp. 176-195.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** - curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população** - curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAREDA, Welton. **O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia**. 2021. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LAVAREDA, Welton. O governo da língua na modernidade recente. In: **Revista Heterotópica**. V. 4; n. 3, jan.-jun. 2022. p. 44-63.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Lacan. In: OLIVEIRA, Luciano (Org.). **Estudos do discurso** – perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013. p. 101-122.

MEILLET, Antoine. **A evolução das formas gramaticais**. São Paulo: Parábola, 2020.

MIGNOLO, Walter. Projetos locais/projetos globais – **colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. In: **Estudios Decoloniales: Un Panorama General**. KULA. Antropólogos del Atlántico Sur, Buenos Aires, n. 6, 2014, pp. 8-21.

RAIOL, Domingos. **Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará** – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público. 2001. V. 04, pp. 241-274.

RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Letrados na Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). In: **Revista Brasileira de Educação**. V.20, n.63, out-dez, 2015. p.845-867.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In: **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. V. 05, N. 1, jan.-jul., 2019. pp. 06-38.

*Data de submissão: 13/05/2023*

*Data de aprovação: 30/10/2024*